

ENTRE A DIREITA E A ESQUERDA: AS ARTICULAÇÕES POLÍTICAS DOS MOVIMENTOS NEGROS (1960-1988)

Juliana de Souza Krauss Militão¹

Resumo: O trabalho visa analisar as alianças políticas realizadas pelos Movimentos Negros no período de 1960-1988. A importância dos Movimentos Sociais no cenário nacional. Buscamos compreender como as inclinações políticas que pendiam para a direita em alguns momentos e para esquerda em outros, para entendermos como a militância e o combate à discriminação ocorreram no interior desses Movimentos e a dimensão que o político assume dentro dos Movimentos Negros. Existem poucos os trabalhos acerca da resistência dos Movimentos Negros à ditadura militar, resultando numa lacuna historiográfica. Nesse período os Movimentos Negros são amplamente vigiados pois contestavam a “harmonia racial” causando obstáculos a “integração nacional” defendida pelo Regime Militar. Essa lacuna na historiografia, deixada pela pouca atenção dada ao aspecto político dos Movimentos Negros, torna-se uma questão pertinente ao estudo da História do Tempo Presente, pois como afirmou Santos: “O historiador do presente trabalha sobre um passado mais próximo, com os acontecimentos indefinidos ou até mesmo no meio dele”. Deve-se levar em consideração que a abordagem do político se faz necessária, na medida que o não se constitui como um setor separado, pois se liga a todos os aspectos da vida coletiva, sendo uma modalidade da prática social.

Palavras-chave: Movimento Negro. Política. Militância. Resistência.

INTRODUÇÃO

No final do século XIX e início do século XX uma parcela considerável da população brasileira possuía origem africana, as elites sonhavam “embranquecer” o país para que o mesmo se torna-se a “Europa dos Trópicos”. O discurso do branqueamento teve um papel crucial no processo de exclusão dos/as afrodescendentes, pois visava através da imigração europeia, a miscigenação entre a chamada “raça superior” e as “raças inferiores” (sobretudo a “negra”), sendo sua finalidade acabar com os traços africanos da população brasileira, para que a mesma se tornasse ariana, ou seja, uma “raça pura” de traços europeus (SKIDMORE, 1989. p.).

Tal discurso teve como base as teorias raciais difundidas no século XIX na Europa, e foi apropriado pela elite brasileira principalmente no decorrer das primeiras décadas do século

¹ Mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

XX tendo, portanto, a invisibilidade dos/as afrodescendentes² como um de seus elementos:

A invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações. Ou seja, não é que o negro não seja visto mas sim que *ele é visto como não existente*. É interessante observar que este mecanismo, ocorre em diferentes regiões e contextos, revelando-se como uma das principais formas de o racismo se manifestar. Como *um dispositivo de negação* do Outro, muitas vezes inconsciente, é produtor e reproduzidor do racismo (LEITE, 1986. p. 41).

A teoria do embranqueamento serviu como base para construção do mito da “democracia racial”, que pregava que o Brasil se constituía um país livre de impedimentos institucionais e legais para a igualdade racial, portanto, livre de discriminação e preconceitos, ou seja, um lugar em que todos/as os cidadãos/ãs são iguais e têm as mesmas oportunidades em todas as áreas: educação, política, empregos, moradia.

Dentro desse contexto surgiu o Movimento Negro. O Movimento Negro pode ser definido como a luta das/os afrodescendentes para resolver os problemas da sociedade originados de preconceitos e discriminação raciais, que marginalizam as populações de origem africana no mercado de trabalho, no sistema educacional, cultural, social e político. Segundo Paulino de Jesus Francisco Cardoso, o Movimento Negro pode ser percebido como:

[...] fruto de múltiplas relações vividas por um agrupamento de homens e mulheres negras, foi constituído por um discurso antirracista no interior de uma comunidade de letrados negros. Formada por trabalhadores portadores de um apurado senso de dignidade e do desejo de construir, consolidar autônomos espaços recreativos e culturais, contribuíram na promoção de uma reformulação das atitudes públicas e privadas da população de origem africana (CARDOSO, 1993. p. 9).

Para Domingues (DOMINGUES, 2007. p. 101) é um movimento político de mobilização das populações de origem africana. Foram várias as organizações do Movimento Negro no país: em São Paulo foram criados o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o

² Optamos pela utilização deste termo pois o mesmo foi elaborado devido ao esgotamento das antigas formas de classificação social pautada na cultura escravista. Ver: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. A vida na escola e a escola da vida: experiências educativas de afro-descendentes em Santa Catarina no século XX. In ____: ROMÃO, Jeruse. *História da educação do Negro e outras histórias*. Brasília: SECAD, 2005. p. 171-185.; MATTOS, Hebe MARIA. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/RS a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918), além das inúmeras Associações, um fator interessante sobre as Associações é que algumas eram formadas unicamente por mulheres como a Sociedade Brinco das Princesas (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em Pelotas.

A abordagem do Movimento Negro enquanto um movimento político de mobilização torna-se indispensável a compreensão das diferentes inclinações políticas que os Movimentos Negros assumiram no decorrer da sua trajetória, em especial no período de 1960 a 1988, sendo este o recorte temporal do presente texto.

MOVIMENTO NEGRO E POLÍTICA

Na primeira metade do século XX, especialmente durante o Estado Novo, a ideia de “democracia racial” esteve presente no pensamento nacional sendo aceita por muitos/as afrodescendentes. Nessa lógica os/as descendentes de africanos/as desfrutam das mesmas oportunidades que os/as brancos/as (ANDREWS, 1991. p. 204). As populações de origem africana ocupam os piores empregos e poucos conseguem atingir a mobilidade social, a responsabilidade pelo fracasso seria dos/as afrodescendentes, e não do Estado que os abandonou a própria sorte e concedeu privilégios aos imigrantes deixando-os num segundo plano.

Algumas facções do Movimento Negro defendiam a participação das populações de origem africana na política, outras se posicionavam contra, pois acreditavam que o envolvimento com a política os afastariam dos problemas e reivindicações do movimento, e ocorreria um distanciamento entre as lideranças e a Comunidade Afrodescendente. O tema gerou polêmica e ruptura dentro do Movimento Negro (SOUZA, 2005. p. 76).

Apesar das divergências a Frente Negra, principal vertente do Movimento Negro e criada em 1931, acabou se transformando em um partido político. Ela era responsável pelo jornal *A Voz da Raça*. Essa entidade incentivava a ascensão social dos/as afrodescendentes, pois acreditava que a educação era o caminho para a mobilidade social e para acabar com a discriminação racial na sociedade brasileira. Eles combatiam a passividade e acomodação das pessoas de origem africana em relação à discriminação e à exclusão.

A Frente Negra defendia uma mudança nas relações inter-raciais sendo que a submissão, a dependência e a introjeção da ideia de inferioridade impedia os/as afrodescendentes de ascenderem socialmente (SOUZA, 2005. p. 77). Uma das características da Frente Negra foi a adequação das populações de origem africana aos padrões da sociedade branca no intuito de romper e anular a discriminação racial e as barreiras para ascensão dos/as afrodescendentes. Essa crença marcou o Movimento Negro anterior à década de 1970 (ANDREWS, 1991. p. 228).

Em 1936 a Frente Negra se constituiu em um partido político nacionalista, que simpatizava com o fascismo. Com o Golpe do Estado Novo o registro foi cassado e alguns militantes tentaram transformá-la na União Negra Brasileira, não conseguindo o mesmo impacto e aceitação dentro da Comunidade Afrodescendente.

Com o fechamento da Frente Negra, somente em 1944 foi criada outra entidade de destaque no país, o TEN (Teatro Experimental Negro), que tinha como objetivo incentivar o teatro, promover eventos culturais e utilizar o teatro como instrumento de reconfiguração da imagem das populações de origem africana, insistindo em adequá-lo aos moldes da sociedade branca. O TEN teve um papel importante pois se voltou para os/as afrodescendentes vindos/as das classes mais baixas: os operários desqualificados, domésticas, favelados e os frequentadores de terreiros, transformando-os em atores e atrizes (NASCIMENTO apud MINISTÉRIO da Educação, 2006. p. 200).

O TEN foi responsável pela publicação do jornal *O Quilombo*, onde expunha seus objetivos e divulgava suas atividades. Patrocinou eventos ligados à cultura negra, como a Convenção Nacional do Negro em São Paulo (1945) e no Rio de Janeiro (1946); o I Congresso do Negro Brasileiro em (1950), sendo também foi responsável pela criação do Instituto Nacional do Negro na década de 1950.

Nas décadas de 1960 e 1970 o país vive um período de grandes agitações políticas e acontecimentos significativos que tiveram como base a reação ideológica da direita conservadora, que procurava conter os avanços das ideias marxistas que transitavam entre os governos no Brasil e na América Latina. Em 1964 ocorre a derrubada do presidente João Goulart, e o país entra em um regime ditatorial civil-militar que se estendeu até 1985. A tomada do poder pelos militares no país estava intimamente relacionada aos interesses da direita que era representada por uma burguesia reacionária, conservadora, elitista, nacionalista

e branca que via nas forças armadas a única forma de defesa dos seus interesses (JESUS, 2016. p. 1-2).

No decorrer desse período muitos partidos políticos foram postos na ilegalidade e vários/as manifestantes de esquerda e supostos/as subversivos/as foram torturados/as, mortos/as e exilados/as. Durante a ditadura civil-militar a ideia da democracia racial era incontestável, o governo negava o problema racial passando a imagem para os outros países de um Brasil que imperava a “paz das cores” havendo igualdade entre brancos/as e afrodescendentes. Falar sobre racismo nesse período era visto como um ato de subversão e separatismo (JESUS, 2016. p. 2).

Durante o governo Médice (1969-1974) o Brasil viveu o chamado “milagre econômico” sendo que o PIB cresceu cerca de 10% ao ano, representando um crescimento significativo no setor industrial (VELOSO, 2008. p. 230). As populações de origem africana muito pouco se beneficiaram com o crescimento econômico em comparação aos/as brancos/as dentro da mesma classe social, especialmente na classe média em que o contraste foi maior.

Outro ponto importante sobre a administração do General Médice, foi que ele era considerado “linha dura” e em seu governo houve maior repressão aqueles/as que contrariavam o regime militar, “*nenhum jornal, grande ou pequeno, podia publicar nada sobre índios, esquadrão da morte, movimento negro e guerrilha – era como se, por decreto, tais problemas não existissem*” (SANTOS, 1994, p.47-48).

Com o relaxamento do regime militar ocorrido em 1974 – com a saída do Médice e advento do Geisel – concedeu-se uma pequena abertura política, que gradualmente conduziria o país de volta à democracia. Tal fato juntamente com a pequena brecha deixada pelos militares, levou os/as afrodescendentes a contestarem incisivamente a ideia de “democracia racial”, sendo que até aquele período esse assunto ainda os/as dividia.

Tais acontecimentos mudaram os rumos do Movimento Negro, sendo que no período de 1978 e durante a década de 1980, o movimento assumiu um papel ativamente político, visando através do lançamento de candidatos/as de origem africana a diversos cargos, conseguir políticas que beneficiassem a população afrodescendentes e pudessem acabar com a segregação racial (ANDREWS, 1991. p. 299).



Figura I: Ato público contra o racismo, escadaria do Theatro Municipal de São Paulo, 1978. (Fonte da foto: Afropress)



Figura II: Ato do MNU em São Paulo, 1978. (Fonte: Memorial da Democracia).

Em 1978 é fundado o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial

(posteriormente passa a chamar-se apenas Movimento Negro Unificado – MNU), que mesmo tendo sido criado antes da abertura política no país, foi um dos primeiros movimentos a se oporem ao mito da “democracia racial”. Seu objetivo foi contribuir para as mudanças na sociedade em que as minorias teriam suas identidades e espaços assegurados, através da valorização dos aspectos culturais e religiosos africanos e afro-brasileiros.

O MNU se caracterizou pela sua tendência marxista. Além de ter como objetivo o combate ao racismo eles buscavam exterminar o capitalismo no Brasil e substituí-lo pelo socialismo. Essa postura deu novos rumos ao Movimento Negro que anteriormente pendia em sua maior parte para a direita (ANDREWS, 1991. p. 303). Em contrapartida, várias facções do Movimento Negro, irão manter suas inclinações políticas para a direita.

Um fator importante a ser destacado é que durante boa parte do regime militar haviam dois partidos ARENA e MDB, em 1979 o governo abandona o sistema bipartidário e libera a criação de outros partidos, provocando uma disputa por apoio eleitoral:

Exatamente no momento em que o movimento negro estava mostrando sinais incomuns de firmeza política, durante os anos de 1979 e 1980, cada um dos partidos de oposição estava competindo ferozmente contra os outros por apoio eleitoral. Vendo neste novo movimento negro uma fonte potencial de repente desenvolveram um interesse recém descoberto pelo problema da discriminação e da desigualdade racial. Todos eles inseriram pontos antirracismo em suas plataformas, e vários criaram comissões especiais ou grupos de trabalho para examinar o Estado das relações raciais no Brasil e formular respostas políticas adequadas (ANDREWS, 1991. p. 304).

Devido a repressão na vigência do regime militar foi muito comum a realização de congressos e atividades culturais promovidos por militantes do Movimento Negro por todo o país, que geralmente ocorriam nos espaços das sociedades recreativas. Essas atividades contavam com a presença de personalidades políticas e em alguns casos representantes de embaixadas de países africanos que possuíam boas relações com o Brasil. Podemos citar como exemplo o Grupo Afro-Brasileiro fundado em São Paulo em meados dos anos 1970, teve sua segunda sede no estado da Bahia, além de duas sedes em Santa Catarina nas cidades de Joinville e Criciúma (KRAUSS, 2012. p. 32-35). Quando foi fundada a sede em Criciúma houve a realização do IV Encontro Afro-Brasileiro e o Primeiro Simpósio Cultural:

Como é agradável recebermos um convite! [...] Pois bem hoje nos servimos desta coluna para formular um convite especial para você que reside em

qualquer parte do nosso querido Brasil! E ao fazê-lo queremos dizer-lhe da satisfação imensa que teremos em desfrutar do prazer da sua presença para participar conosco do I Simpósio Cultural e o IV Encontro Afro-Brasileiro a se desenrolar em nossa cidade, Criciúma, Terra de Amor e do Trabalho nos dias 22, 23 e 24 do mês vigente. [...] No decorrer desses dias você será agraciado com a apresentação de dois grupos folclóricos de São Paulo, um de São Carlos, um do Rio de Janeiro, e dois folclóricos da Manchester Catarinense, Joinville. Se você integra a parte médica poderá assistir à palestra do Dr. Francis Alsequa Ye – Major de Gana, Professor da Universidade de São Paulo que discorrerá sobre “Leucemia Falciforme”. [...] Esperamos contar com a presença de S. Excia. Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, Dr. Antônio Carlos Konder Reis, os Embaixadores do Zaire, Nigéria, Costa do Marfim e Gana, bem como, Secretários de Estado, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos Municipais, Secretários da Educação e Cultura dos diversos municípios e outras autoridades especialmente convidadas, bem como o povo em geral. [...] Sabemos pelo que nos tem sido possível presenciar que Criciúma, sempre se sobressaiu quando sediou Congressos e não ignoramos que pela vez primeira nos tocou coordenar um Congresso da Cultura Afro-Brasileira, primeiro dessa natureza a se desenrolar em nosso município, mas ousamos esperar a colaboração de todas as forças vivas, buscando o seu apoio moral e financeiro, afim de que o bom nome de nossa cidade, mais uma vez volte a gozar do elevado conceito de que em oportunidades desta natureza tem conseguido gozar. Convictos também estamos de que, S. Excia. o Prefeito Municipal, Arqto. Altair Guidi, bem como o Revdo. Padre Manoel João Francisco, Orador Oficial do Grupo, haverão de saudar à altura nossos congressistas e mui especialmente os visitantes. Portanto aí está o nosso convite especial para você não se olvidará dele, bem como certeza temos de que você com sua preciosa presença, será aquela bela rosa que virá garbosamente, ornamentar a nossa festa! (LALAU, 1987. p. 8).

É importante destacar que essa aproximação com embaixadas de países africanos que possuíam boas relações com o Brasil, está pautada no Movimento da Negritude, que caracterizou o Movimento Negro a partir da década de 1970; como também nas independências das colônias portuguesas em África e o *Pan Africanismo*. Tais acontecimentos tiveram repercussão dentro do Movimento Negro contribuindo para a aproximação com o continente africano.

O interesse no continente africano marcou o Movimento Negro na década de 70 encorajado pela diplomacia brasileira. A ação diplomática brasileira foi muito intensa no esforço de estreitar relações econômicas com o continente africano, principalmente com países colonizados por Portugal. O Ministério das Relações Exteriores, foi um dos primeiros a reconhecer a independência de Angola³, além de dar uma atenção especial aos países

³ É importante destacarmos que Angola ao conquistar a independência tornou-se socialista, ao passo que o Brasil

independentes da África Meridional (SANTOS, 2001).

CONCLUSÃO

Traçar uma trajetória das inclinações políticas do Movimento Negro no decorrer de sua história não se constituiu uma tarefa fácil. Como foi apontado no resumo existe uma lacuna na historiografia acerca do aspecto político dos Movimentos Negros, especialmente no período da ditadura, os poucos trabalhos que existem sobre o tema apenas abordam as vertentes de esquerda e as organizações que possuíam um perfil de direita raramente tem o aspecto político analisado, deixando passar alianças que possibilitam candidaturas de políticos afrodescendentes, alianças que visam a troca de favores para benefício de entidades e espaços ocupados pelas populações de origem africana.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: EDUSC, 1991.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. A vida na escola e a escola da vida: experiências educativas de afrodescendentes em Santa Catarina no século XX. In: ROMÃO, Jeruse (Org.) **História da educação do Negro e outras histórias**. Brasília: SECAD, 2005, p. 171-185.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **A luta contra a apatia: estudo sobre a instituição do movimento negro anti-racista na cidade de São Paulo (1915-1931)**, 1993. São Paulo: PUC-SP; 1993. 180 p. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1993.

CHAVEAU, Agnès; TÉTHART, Philippe. (org.). **Questões para a História do Tempo Presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

CORREIA, Wilson Francisco. “A Educação Moral e Cívica do Regime Militar Brasileiro (1964-1985): a filosofia do controle e o controle da filosofia”. **EccoS – Revista Científica**. São Paulo, v. 9, n. 2. p. 489-500, jul./dez. 2007.

que vivia sob uma ditadura direitista que perseguia comunistas.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: Racismos e Anti-Racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. 2007. p. 100-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acessado em Junho de 2014.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Almeida Neves. (org.). **O Brasil Republicano II: O tempo do nacional-estadismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. “A Ditadura Documentada: Acervos desclassificados do regime militar brasileiro”. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 21, no 2, p. 67-78, jul/dez 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 2º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra? In: SOVIECK, Liv (org.). **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 335-348.

JESUS, Marize Conceição. **O regime militar e a questão racial: o interdito**. Rio de Janeiro: Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio, 2016.

KÖSSLING, Karin Sant' Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**. São Paulo: USP, 2007. 314f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de São Paulo. São Paulo, 2007.

KRAUSS, Juliana de Souza. **Clotildes Lalau: A trajetória da educadora e militante antirracista na cidade de Criciúma (1957-1987)**. Florianópolis: UDESC, 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

LALAU, Clotildes Maria Martins. Um convite especial para você. **Jornal do Sul**, 9 de julho de 1977, p. 08.

LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MACHADO, Luiz Toledo. **Formação do Brasil e unidade nacional**. São Paulo: Ibrasa, 1980.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste**

escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Revista Topoi**, v. 5, nº 8, jan/jun. 2004, p. 170-198.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Orientações para a educação das relações étnico-raciais**. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Brasília, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da Cor: Identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **As Associações dos Homens de Cor e a Imprensa Negra Paulista: Movimentos Negros, Cultura Política no Brasil Republicano (1915-1945)**. Belo Horizonte: Editora Gráfica Daliana Ltda., 2006.

RÉMOND, René. (org.) **Por uma História Política**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Ivair Augusto Alves. **O Movimento Negro e o Estado (1983-1987): O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo**. Campinas: UNICAMP. 2001. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. “A atualidade da história do tempo presente”. **Historiar**. Sobral: UVA. Ano 1, nº 1, 2009. p. 7-13.

SANTOS, Joel Rufino. **O que é racismo**. Editora Brasileira: São Paulo, 1994.

SCHERER-WARREN, Ilse. “Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais”. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, nº 1, p. 109-130 jan/abr. 2006.

SCHILLING, Paulo. **Como se coloca a direita no poder**. São Paulo: Global, 1981.

SILVA, Cristiani Bereta. **Homens e Mulheres em Movimento: relações de gênero e subjetividade no MST**. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SILVA, Joselina da. **Renascença, lugar de negros no plural: Construções identitárias em um clube social de negros no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VELOSO, Fernando; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. “Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica”. **RBE**. Rio de Janeiro v. 62 n. 2 /

